



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo: 00894453120198172001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AGUINALDO JOSE TORRES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:


**DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**


**DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES ENTRE O BOLETIM DE OCORRÊNCIA E O BOLETIM MÉDICO**

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA E O BOLETIM MÉDICO.

Conforme observado no boletim de ocorrência, a parte autora informa que o sinistro ocorreu no dia 18/06/2019, todavia, no boletim médico, consta que atendimento ocorreu no dia 18/06/2019, havendo o sinistro ocorrido há três dias:

  
**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO**  
**DELEGACIA DE POLÍCIA DA 012ª CIRCUNSCRIÇÃO - JARDIM SÃO PAULO - DP12ªCIRC DIM/4ªDESEC**





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0102002692**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 13/08/2019 às 13:19

**ATROPELAMENTO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia 18/6/2019 no período da Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SUL, 1 - Bairro: AFOGADOS - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL**  
 Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:  
 DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)

 HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO	<b>SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO</b> <b>HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO GOV. PAULO GUERRA</b>	
<b>SUMÁRIO DE ADMISSÃO E SAÍDA</b>		
Nome: AGUINALDO JOSE TORRES		Prontuário: 1852529
Idade: 62 Anos 9 Meses 10 Dias	Sexo: Masculino	
Proc.:	Admissão no HR: 18/06/2019	
Adm. Clínica:	Alta: 30/06/19	
Enfermaria /Leito: 719-L3		
<div style="border: 2px solid red; padding: 5px;"> <b>MOTIVO DE ADMISSÃO E EVOLUÇÃO NA ENFERMARIA</b>          PACIENTE VÍTIMA DE ATROPELAMENTO POR ÔNIBUS, HÁ 3 DIAS DIAGNOSTICADO COM HEMOPNEUMOTORAX E SUBMETIDO À DTFE DIA 27/06/2019. RETIRA DTFE DIA 29/06/2019 SEM INTERCORRÊNCIAS. NO MOMENTO ESTÁVEL. QUEIXA-SE DE DOR LOMBAR JÁ ACOMPANHADA PELA NEUROCIRURGIA. RECEBE ALTA DA CIRURGIA GERAL EM BOAS CONDIÇÕES CLÍNICAS, SEM QUEIXAS.       </div>		
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b> 25/06/2019 HMG - MB 10,5 / HT 30,2 / LEUCO 10020 / PLAQUETAS 179.000 25/06/2019 - GLIC 277,1 / UREIA 53,57 / RA 24 / AST 16 / ALT 25 TC DE ABDOME TOTAL COM CONTRASTE TC DE CÔLUNA		
<b>EXAMES FÍSICO NA ALTA</b> EG REGULAR, CONSCIENTE, ORIENTADO, NORMOCORADO, EUPNEICO ACV- RCR EM 21 BRP SS AR- MV 4 EM AHT SRA ABD- SEMIGLOBOSO, INDOLOR A PALPAÇÃO SUPERFICIAL E PROFUNDA. RM- + EXT- SEM EDEMAS, PULSOS CHEIOS E SÍMETRICOS		
<b>DIAGNÓSTICO</b> 1- POLITRAUMA		

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência e ao Hospital da Restauração Gov. Paulo Guerra, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

### **DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL**

Cumprе ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e alegada invalidez.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada tenha decorrido do acidente de trânsito.**

**VEJA, EXA., NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA A PARTE AUTORA INFORMA QUE O SINISTRO OCORREU NO DIA 18/06/2019, TODAVIA, NO BOLETIM MÉDICO, CONSTA QUE O ATENDIMENTO OCORREU NO DIA 18/06/2019, HAVENDO O SINISTRO OCORRIDO HÁ TRÊS DIAS.**


Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

**Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.**

### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora alega ter adquirido lesões decorrentes do acidente aludido, na coluna vertebral todavia, em sede administrativa não foi apurada a presença de qualquer sequela, conforme demonstrado abaixo:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA		 <small>Administradora de Seguro DPVAX</small>		
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3190659055	Cidade: Recife	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: AGUINALDO JOSE TORRES	Data do acidente: 18/06/2019	Seguradora: MBM SEGURADORA S/A		
<b>PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA</b>				
<p>Data da análise: 03/12/2019</p> <p>Valoração do IML: 0</p> <p>Perícia médica: Não</p> <p>Diagnóstico: TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO, P4. TRAUMA EM TÓRAX A ESQUERDA, P2.</p> <p>Resultados terapêuticos: DRENAGEM DE DE TÓRAX, P2.</p> <p>Sequelas permanentes:</p> <p>Sequelas: Sem sequela</p> <p>Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Recuperação Completa)</p> <p>Nome do documento faltante:</p> <p>Apontamento do Laudo do IML:</p> <p>Conduta mantida:</p> <p>Quantificação das sequelas:</p> <p>Documentos complementares:</p> <p>Observações:</p> <p style="text-align: center;">Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.</p>				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
		<b>Total</b>	<b>0 %</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Após o deferimento de exame pericial médico, o ilustre expert apurou a presença de lesão na coluna torácica em grau médio (50%).

Assim a ré impugna o ilustre laudo quanto à presença de sequelas no membro superior esquerdo, tendo em vista que, anteriormente, em sede administrativa, foi apurada a ausência de sequelas no segmento.

Ora, Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, a autora teve recuperação completa da lesão.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 9 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**